

PERCALÇOS ENTRE CINEMA E ESCOLA: ESTUDO DAS FALAS DE PROFESSORES

Bruno Eduardo Morais de Araújo
PPGACV-FAV- UFG, Brasil
brunoemaraújo@gmail.com

RESUMO

Este artigo levanta reflexões sobre os obstáculos de educar com cinema, tendo como ponto de partida as falas de alguns professores de um colégio goiano entrevistados durante pesquisa de campo feita para dissertação de mestrado. Os depoimentos são então analisados e postos ao lado de um levantamento bibliográfico a fim de apresentar observações preliminares que a pesquisa apontou.

Palavras-Chave: cinema, educação, cultura visual.

O trabalho a seguir pretende levantar algumas considerações sobre o uso do cinema em sala de aula tendo como ponto de partida reflexões da Cultura Visual. Parte de um estudo de dissertação de mestrado ainda em andamento que tem como um de seus interesses investigar de que maneira se dão as relações entre cinema, escola, estudantes e professores. Para abordar melhor esse tema foi feita uma pesquisa de campo em um colégio estadual do município de Goiânia, Goiás, Brasil, que atende educandos do sexto ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio. Dentre outros objetivos metodológicos, a pesquisa visava entrevistar os professores sobre o uso (ou não uso) dos filmes dentro do horário escolar.

Minha inserção na escola e posterior contato com os professores se deu de maneira lenta e gradual, de igual modo eu passei por um processo de amadurecimento da pesquisa, onde meu interesse inicial sobre a prática cinematográfica e seu conteúdo foi lentamente se transferindo para as questões que orbitavam a prática educativa, tendo em vista que “No Brasil, educação e cinema têm uma aproximação recente. Pesquisas em educação envolvendo o cinema constituem uma relação ainda mais incipiente. Além disso, o cinema é formado por um complexo sistema de linguagens que nos desafia permanentemente no processo de compreendê-lo. Quando nós, pesquisadoras e pesquisadores da educação, escolhemos o cinema como campo para nossas investigações, rompe-se a primeira fronteira, aquela que separa a comunicação e a educação. Esse é um limite que é preciso ultrapassar, mas é necessário ter certo cuidado para continuar com o foco na educação – as pesquisas precisam investigar o campo da educação” (HENN FABRIS, 2008, p.121).

Com a popularização da imagem em movimento, várias iniciativas com a finalidade de subjugar o cinema à escola afluíram-se ao redor do globo. Na Europa entreguerras o cinema educativo floresceu como uma alternativa bastante popular entre alguns educadores de vanguarda, que seguiram os passos da Itália em institucionalizar o cinema com finalidades pedagógicas, fazendo surgir por todo o continente versões localizadas do *Istituto Nazionale LUCE3*, primeiro instituto de cinema educativo fundado em um país capitalista. O Brasil, não ficou para trás, nos anos 20 influenciado pela atmosfera do uso do cinema educativo europeu, debates acalorados sobre o uso da sétima arte em sala de aula aconteciam na intenção de auxiliar na educação sem substituir o professor (CAPARRO-LERA e ROSA, 2013). Dentre as inúmeras tentativas de gerar filmes educativos no Brasil, chama atenção a iniciativa do Instituto Nacional de Cinema e Educação, que operou por três décadas a partir de 1936 e nesse período produziu mais de quatrocentos filmes educativos (HOLLEBEN, 2008, p.30). Nos anos 30, a pedagogia em vigor no Brasil era a Escola Nova que tinha como objetivo a formação de um educando que integrasse a sociedade, sendo capaz de compreendê-la e transformá-la, por tanto, o lema da Escola Nova era de uma escola para todos (CAPARRO-LERA e ROSA, 2013). Nesse sentido o uso do cinema como um mediador e ilustrador de conteúdos, tinha como objetivo que os filmes fossem recursos facilitadores do ensino, a preocupação dos educadores da época era em aproximar a escola da realidade de vida dos educandos. Sabemos que mesmo com todo esse enfrentamento da utilização do cinema em sala de aula, muito ainda deve ser desbravado, uma vez que a escola é relutante em receber as produções audiovisuais que não tenham sido projetadas para ocupar o espaço curricular, muitas vezes encarando o cinema somente como uma ferramenta subordinada a um conteúdo escolar e não abrindo espaço para segundas leituras. Devemos tomar cuidado para não utilizar as mídias tecnológicas de maneira equivocada para não incidir no erro de doutrinar o olhar do educando (LINS, 2014).

Todas as entrevistas aplicadas para a pesquisa começaram com a pergunta “Você utiliza cinema em sala de aula?”, que foi respondida positivamente por todos os professores. A partir desse ponto, as entrevistas seguiram caminhos distintos, sempre passando por algumas perguntas chave, mas dando espaço para que os professores revelassem o que achassem que fosse pertinente. Saber que todos os professores utilizam o cinema enquanto ferramenta pedagógica já me dava pistas sobre a operação daquela escola, porém percebi posteriormente que não bastava saber “se”, mas com qual frequência e em quais circunstâncias o cinema era utilizado por aqueles professores dentro daquele ambiente, e quando não utilizado o que impedia sua aplicação, e no caso dos obstáculos, entender em qual proporção atrapalham, já que “A utilização do cinema como veículo e ferramenta de ensino-aprendizagem oportuniza focar os aspectos culturais, históricos, literários e políticos, proporcionando uma visão integral do cinema enquanto mídia educativa. A inserção de novas estratégias de desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem é primordial para a inovação pedagógica e a adequação às mudanças sociais com a finalidade de

proporcionar uma formação integral aos cidadãos” (VESCE, 2013). Entender essas questões, bem como tentar receber dos professores qual o retorno dos estudantes quando expostos ao cinema é crucial para o desenvolvimento de minha pesquisa. As entrevistas foram individuais, então em alguns casos eu consegui me aprofundar mais, em outros nem tanto, uma vez que os professores concederam essas entrevistas em meio a várias outras obrigações, em apertados intervalos que se davam entre aulas.

Cinema e educação possuem um relacionamento conturbado desde o início do contato entre ambos. Por um lado a escola abraça a nova mídia na esperança que esta possa lhe ajudar em sua tarefa de educar, por outro somente abre as portas para o cinema em situações pontuais, principalmente quando a escola aparece como protagonista na narrativa (MARTINS, 2014). Entender então o cinema não somente como uma ferramenta pedagógica, mas como uma forma complexa de arte que possui sua própria linguagem e conteúdo, é central não somente para possibilitar uma aplicação que permita o estudante ver além da matéria abordada, mas para proporcionar ao professor escolhas que vão além das narrativas fílmicas que possuem o conteúdo programático, ou das que tratam o ato educativo, oferecendo assim um leque maior de alternativas para se trabalhar em sala de aula o olhar crítico do educando.

Mesmo recorrente, o emprego do cinema nas aulas ainda gera dificuldades e dúvidas por parte dos professores seja pelo próprio desconhecimento em relação à sétima arte ou de como ela pode contribuir para o ensino nas disciplinas. Isso porque muitos professores encaram o uso de filmes somente como entretenimento ou como um exemplificador de conteúdos. Devemos incentivar o uso da imagem na educação, pois esta abre possibilidades exclusivas, mas deve-se tomar cuidado com sua aplicação: “destaca que, desde muito tempo, as formas pelas quais o cinema entra na escola têm problemas (e sabemos que não apenas os filmes são tratados de forma equivocada pedagogicamente; as imagens, as mídias e as tecnologias acabaram se tornando um “amálgama indigesto”, ainda que necessário às escolas)” (LINS, 2014, p.250). Lins (2014) denuncia que a falta de abertura para segundas leituras ao se ensinar com cinema irrompe em uma educação voltada para valores que mais se assemelha a doutrinação, comprometendo então os valores críticos e autônomos tão caros à Cultura Visual.

Nenhum dos professores se mostrou contrário à aplicação do cinema na escola, porém todos indicaram os percalços de tentar projetar filmes em sala de aula. *Sirius*¹ (2017) apontou que uma das grandes dificuldades de exibir cinema na escola é o modo como as aulas são organizadas dentro do horário escolar. Como as aulas possuem apenas 50 minutos de duração, e não são todos os professores que dispõem de duas aulas seguidas com a mesma turma, os professores interessados em exibir filmes na íntegra são obrigados a negociar entre si permutas de aulas, que devem ser aprovadas pela coordenação pedagógica.

A carência de uma organização dos horários de aulas mais flexíveis que possam ser adequados com facilidade de acordo com a necessidade dos professores trás a tona um tema importante a ser considerado quando se deseja exibir filmes em sala de aula: a fragmentação da narrativa. Busquei saber se os professores preferem aplicar os filmes por partes ou se integralmente, e como operam na impossibilidade de exibir a narrativa na íntegra. Com exceção de um entrevistado, que por questão de praticidade prefere exibir a passagem específica do filme que se relaciona diretamente com o tema que ele pretende abordar em dado momento, todos os outros professores demonstraram maior interesse em exibir o filme em sua completude. Porém exibir o filme na íntegra em uma única seção pode ser virtualmente impossível para alguns professores, principalmente aqueles que possuem somente uma aula por semana, conforme Vega (2017) expôs: “Geralmente eu fragmento o filme, se não você acaba pegando a aula do colega, e você desestrutura todo mundo... Posso até pedir pra um colega, mas aí você tem que justificar e avisar com antecedência e como você tem que estar em outra sala porque a hora e corrida. Geralmente a gente pega, por exemplo, hoje eu dei seis aulas, aí tem que ir outra pessoa pra sua sala e traz aquela bagunça toda. Então geralmente a gente não consegue. Nenhum professor consegue fazer. É corrido”.

Dessa forma, fracionar o filme em duas partes ou exibir somente trechos isolados do resto da narrativa acaba sendo exigências que a maioria dos professores tem de enfrentar para poder levar o cinema à sala de aula. *Sirius* (2017), quando questionada sobre a fragmentação do filme, sintetiza as reclamações dos demais professores ao dizer que “Eu odeio assistir um filme que eu vou assistir um pedaço dele e depois o outro pedaço... Então na questão do educando, um dia, um vem, outro dia, o outro não vem... Então eu tenho que marcar um dia com antecedência pra ninguém faltar, porque se alguém faltar dá problema. Então não posso ficar picando o filme, e eu acho que perde a sequência do que você está aprendendo, até que você começa de novo, que você pega tudo de novo, que você lembra tudo que aconteceu (já perdeu muito da proposta)”. Essas formas de exibir o filme fora de sua totalidade perdem potência, mas ainda são melhores que não exibir filme nenhum.

A falta de um espaço físico próprio e exclusivo para a exibição dos filmes também se mostrou uma grande barreira. Sem uma sala exclusiva para exibição de material audiovisual os professores devem levar os projetores para cada sala onde pretendem trabalhar com cinema. Vega (2017) problematiza que “nós temos 50 minutos por semana e até você fazer todo o procedimento de montar o equipamento em sala já foi (boa parte da aula)”. A tecnologia, apesar de permitir projetores portáteis que podem ser ligados a *notebooks*, ainda não apresenta soluções acessíveis para facilitar alguns problemas que tangem o uso de cinema em sala de aula. Algumas raras escolas possuem *datashows* e aparelhos de som instalados em todas as salas de aula, mas ainda são casos raros. A escola onde a pesquisa ocorreu possui apenas três projetores que devem ter seu uso alternado dentre as 18 salas de aula que cada turno possui. Apesar do avanço tecnológico palpável que presenciamos nas últimas décadas no que tange o uso de mídias, e o acesso à produções cinematográficas por meio da internet e sites de streaming ter facilitado o

1. Os nomes dos professores entrevistados foram trocados por pseudônimos com a finalidade de mantê-los anônimos.

contato com diversas obras, a escola ainda se apresenta como um grande desafio, seja pela falta de espaço físico adequado ou pelo escasso tempo disponível entre uma troca e outra de turma, situação que obriga professores a correrem entre uma turma e outra com toda a parafernália embaixo dos braços se quiserem tirar proveito dos filmes a ser exibidos em sala de aula.

Dentre as várias tentativas de criar intimidade entre escola e cinema se destacam os esforços dos legisladores. Algumas leis tentam, de maneira descompassada com o ato educativo, incluir o cinema nas práticas escolares. A lei 13.006 de 26 de junho de 2014 (BRASIL, 2014) talvez seja o exemplo mais notável de regulamentação que trata sobre a junção de escola e cinema, uma vez que obriga todas as escolas brasileiras de ensino básico a exibir duas horas de cinema nacional. A lei, porém, não dispõe sobre os materiais ou mídias para que a escola possa fazê-lo, ou sobre como a escola deve encaixar esses filmes em sua grade horária, dentre outros detalhes relevantes que não são abordados por uma lei que impele todas as quase duzentas mil escolas de ensino básico brasileiras² a exibir cinema nacional em seus exercícios habituais. Apesar da importância e vigência da lei, que está incluída no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001), também conhecido como PNE, uma das regulamentações maiores a tratar de educação no Brasil, a maioria dos professores não está ciente de sua existência e subsequente obrigatoriedade em exibir filmes em sala de aula, especificamente filmes produzidos no Brasil.

O Ministério da Educação distribui constantemente obras com a finalidade de atualizar os professores acerca dos conteúdos e práticas educativas, bem como para definir objetivos que os estudantes devem alcançar durante o trajeto educativo. Em 2007 foi enviado para que escolas públicas de ensino médio repassassem a seus professores o livro *Orientações Curriculares para o Ensino Médio* (MENEZES DE SOUZA; MONTE MÓR, 2006). A obra em seu primeiro volume tem como objetivo discutir e contribuir para o diálogo entre professor e escola sobre a prática docente nos estudos de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Levando em consideração a necessidade de preparar jovens autônomos e críticos para participar de uma sociedade complexa como a que vivemos, o documento ressalta a importância do estudo de arte. De acordo com as orientações conhecer as manifestações culturais, assistir em sala de aula a uma cena de novela, peça publicitária ou filme e compreender o universo das mídias, é oferecer novas janelas para entender o mundo contemporâneo e permitir novas possibilidades de se comunicar com ele. Podemos ler no documento: “Também é desejável adotar uma perspectiva multicultural, em que a Literatura obtenha a parceria de outras áreas, sobretudo artes plásticas e cinema, não de um modo simplista, diluindo as fronteiras entre elas e substituindo uma coisa por outra, mas mantendo as especificidades e o modo de ser de cada uma delas, pois só assim, não pejorativamente escolarizados, serão capazes de oferecer fruição e conhecimento, binômio inseparável da arte.” Essas iniciativas de cunho oficial, que surgem de fora dos muros escolares, mostram claro interesse em promover a conciliação entre espaço escolar e mídias modernas, demonstrando que mesmo aqueles que não estão envolvidos diretamente no ato educativo conseguem compreender a importância dessas mídias no contexto social contemporâneo, reconhecendo-as como relevantes para a formação do educando.

Foi também abordada a maneira que o cinema é trabalhado em sala de aula do ponto de vista metodológico. Descobri então que, ao contrário das minhas expectativas, existem vários modos de se trabalhar o cinema sendo postos em exercício naquela escola. Alguns professores, como *Centauri* (2017), *Arcturus* (2017) e *Capela* (2017) utilizam uma abordagem que tende a empregar o filme a partir do conteúdo programático que a secretaria exige. Esse uso do cinema enquanto ferramenta vinculada a um conteúdo específico se mostrou mais forte em professores que lecionam poucas aulas por semana e que precisam correr com seus conteúdos. Para se trabalhar o cinema de forma mais livre se faz necessário tempo, e como alguns professores possuem um cronograma disciplinar mais corrido que outros é de se esperar que não possam aplicar os filmes de maneira que permita discussões que se afastem de seus objetivos acadêmicos.

Porém trabalhar o conteúdo do filme estritamente dentro de uma proposta programática não implica necessariamente em deixar que o filme opere sozinho, uma vez que “o filme como estratégia pedagógica empregada pelo docente é uma opção que deve ter em consideração um conjunto de critérios, como qualquer outro recurso pedagógico. Carece saber que os filmes (em sua maioria) tem intrínsecos canais de comunicação diversos, como a oralidade, a visualidade e muitas vezes o lúdico, e nem por isso articulam o conhecimento sozinhos, cabendo ao mediador intercambiar entre o apreendido e o compreendido, para, que assim, sejam deflagradas prováveis construções de conhecimento” (COSTA, 2009, p.136). Os professores mostraram possuir maneiras próprias de trabalhar esses filmes e o conteúdo específico dentro deles, por vezes preferindo abordar o conteúdo antes, outras vezes após o filme, e em alguns casos durante, como é o caso de *Capela* (2017), que declarou que em certos casos precisa parar o filme para explicar um conceito de maneira mais clara, evitando assim ter que voltar ao filme em outro momento. Vesce (2013) denuncia: “é comum a utilização do termo ‘filme educativo’ relacionado a filmes instrucionais, que tem a finalidade de assessorar ou suprir parcial ou totalmente a função desempenhada pelo professor. Essas duas situações constituem um reducionismo que limita a utilização do cinema como instrumento didático-pedagógico. Qualquer filme retrata o pensamento e a criação humana em um determinado modelo social e momento histórico, e portanto, educa a quem o assiste, gerando uma reflexão e uma impressão sobre o mundo” (VESCE, 2013, p.1). Os professores, portanto informaram acompanhar de perto o desenvolvimento do filme e da matéria abordada na medida em que a realidade da sala de aula os permite fazê-lo.

Outros professores, porém, preferem utilizar outras abordagens para construir conhecimento a partir do cinema. *Rigel* (2017), por exemplo, afirmou que “a proposta na verdade é que a gente passe algo que eles, a partir daquilo tirem as conclusões deles e tenham as ideias, e a partir daí a gente trabalha aquilo que eles vão falando pra nós na sala de aula”. Esse tipo de abordagem permite que o estudante se aproxime do conteúdo, tornando o cinema não apenas um ilustrador de conteúdo, mas um mediador que opera entre educando e conhecimento. Nesse sentido *Rigel* (2017) vai de encontro com o posicionamento que

2. Fonte: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf

“ver cinema com olhar atento e ativo é percorrer por novos caminhos, nos quais o espectador assume papel mais crítico e criativo. É nessa perspectiva que o professor pode adotar o papel de mediador e instigador do sujeito, levando as crianças a exercitarem sua autonomia na relação com os filmes, indo além do que é passível de se ver de modo superficial e aligeirado” (COSTA, 2009, p.27).

Outro modo de se encarar o cinema enquanto ferramenta de ensino foi exposto por *Sirius* (2017), que apesar de lecionar a disciplina de literatura, tenta abordar outras questões além de sua matéria que estão expostas na tela. Em suas palavras: “eu explico que vou trabalhar com o filme e aí eu trabalho tudo do filme, trabalho bastante os problemas sociais que existem que nós percebemos que têm na história. Como esses problemas sociais poderiam ser resolvidos? Eles (estudantes) têm que me dar uma proposta”. Essa aproximação do filme enquanto texto que deve ser cifrado pelos seus educandos, que por sua vez devem levantar questões relativas à narrativa que assistiram, coloca o estudante e seus saberes no centro da relação educacional, permitindo assim que o cinema seja utilizado por este sujeito como ferramenta de aprendizado, mesmo quando fora da escola.

Por fim a última pergunta do questionário era sobre a reação e recepção dos educandos quando o cinema é trabalhado em sala de aula. Um dos pontos que a fala de todos os professores tiveram em comum foi sobre as queixas dos educandos quando o filme é legendado. A maioria dos professores entrevistados mostrou preferência em apresentar cópias dubladas para evitar as reclamações, alguns evitam levar material legendado, uma vez que não entender alguma parte do filme tende a comprometer a compreensão da matéria.

Ainda abordando a reação dos estudantes quanto ao cinema em sala de aula, todos os professores concordaram que as respostas são, em sua esmagadora maioria, positivas. *Vega* (2017) disse que “Eles adoram, pela questão de sair da rotina, da aula, de sala e daquela coisa assim sabe? Cria uma expectativa e eu percebo que os educandos vibram, eles gostam. É porque é uma coisa extremamente diferente, é como se fosse uma festa, um acontecimento. Então eles gostam, são sempre muito receptivos e sempre são aulas muito produtivas. É uma pena que é pouco usado.” As respostas dos professores apontaram de igual maneira para um perceptível aumento no interesse e desempenho dos educandos quando o cinema é utilizado para abordar algum tema.

Os professores foram unânimos em demonstrar entusiasmo para trabalhar mais o cinema em sala de aula e igualmente concordantes em queixar-se sobre a falta de estrutura que possibilite aplicar essa ferramenta com maior frequência. Dessa forma urge a necessidade de propiciar um ambiente escolar que seja mais receptivo ao cinema, para que o cinema venha a escola com maior frequência e seja recebido como protagonista, não mais como coadjuvante submisso aos conteúdos programáticos, já que “os meios educacionais ainda veem o audiovisual como mero complemento de atividades verdadeiramente educativas, como a leitura de textos, por exemplo, ou seja, como um recurso adicional e secundário em relação ao processo educacional propriamente dito. Defendemos o direito de acesso amplo e universal ao conhecimento, mas não defendemos o direito de acesso ao cinema- o Brasil é um dos países em que o ingresso de cinema está entre os mais caros do mundo. Até quando ignoramos o fato de que cinema é conhecimento?” (DUARTE, 2009, p.18).

Essa noção é vital, uma vez que “saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 47) e que “são muitos os lugares de aprendizagem e, hoje, a escola não é mais o espaço privilegiado para tal” (TOURINHO, 2011, p.13) permite encarar que a discussão sobre ensinar com cinema extrapola o debate sobre uma ferramenta a ser utilizada em sala de aula: o cinema pode ser muito mais, pode se tornar caminho para o conhecimento, pode se transformar em portas para outras visões, pode ser agente transformador durante toda a vida do indivíduo, ou nas palavras de Holleben (2008) “Assinalo ainda, que tal como a educação e mais ainda, se dialogando com ela, o cinema pode ‘vir-a-ser’ se assim o quisermos – um elemento vital para a construção de um homem livre nas suas convicções, crítico nas suas análises, humanista e sensível na sua forma de compreender e olhar o mundo e a vida” (Holleben, 2008, p.72). A escola deve, então, se comprometer em assumir papel ativo apresentando o cinema para o indivíduo e mostrando as possibilidades contidas dentro das narrativas fílmicas, mas para isso é imprescindível que professores e estudantes tenham acesso facilitado aos recursos de exibição audiovisual dentro dos limites escolares.

REFERÊNCIAS

- Arcturus. (2017, maio 17) Entrevista presencial gravada em áudio. Arquivo GPP. Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual/mestrado. Goiânia: UFG, 2017.
- Brasil. (2001). *Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001*. Brasília. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.html. Acesso em: 15/07/2017
- Brasil. (2014). *Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014*. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13006.htm. Acesso em: 12/07/2017.
- Caparró-Lera, J. M., & ROSA, C. S. (2013). *O cinema na escola: uma metodologia para o ensino de história*. Educação em Foco, 18, 189-210.
- Capela. (2017, maio 17) Entrevista presencial gravada em áudio. Arquivo GPP. Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual/mestrado. Goiânia: UFG, 2017.
- Centauri. (2017, maio 17) Entrevista presencial gravada em áudio. Arquivo GPP. Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual/mestrado. Goiânia: UFG, 2017.
- Costa, A. C. (2009). *O Cinema como mediador na Educação para a Cultura Visual*. Disponível em https://culturavisual.fav.ufg.br/up/459/o/2009_Adriane_Camilo_Costa.pdf acesso em 15/06/2017.

- Duarte, R. (2009). *Cinema & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Freire, P (1996). *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra.
- Henn Fabris, E. (2008). *Cinema e educação: um caminho metodológico*. *Educação & Realidade*, Volume 33. 117-134.
- Holleben, I. M. A. S. (2008). *Cinema e Educação: diálogo possível*. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/462-2.pdf> Acesso em: 22/06/2017.
- Lins, H. A. de M. (2014 março). *Cultura visual e pedagogia da imagem: recuos e avanços nas práticas escolares*. Belo Horizonte: Educação em revista.
- Martins, A. F (2014). *Becos e trânsitos entre escola e cinema*. In: MARTINS, R.; TOURINHO, I. *Pedagogias Culturais*. Santa Maria: Editora UFSM.
- Menezes de Souza, L. M. T., & MONTE MÓR, W. M. (2006). *Orientações Curriculares para o Ensino Médio: linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica.
- Rigel. (2017, maio 21) Entrevista presencial gravada em áudio. Arquivo GPP. Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual/mestrado. Goiânia: UFG, 2017.
- Sirius (2017, maio 14). Entrevista presencial gravada em áudio. Arquivo GPP. Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual/mestrado. Goiânia: UFG, 2017.
- Tourinho, I (2011 agosto). "Ver e ser visto na contemporaneidade. As experiências do ver e ser visto na contemporaneidade: por que a escola deve lidar com isso?", *Salto para o futuro - Cultura Visual e Escola*, Ano XXI, Boletim 09. 9-14.
- Vega. (2017, maio 17) Entrevista presencial gravada em áudio. Arquivo GPP. Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual/mestrado. Goiânia: UFG, 2017.
- Vesce, G. E. P. (2013). *Relação entre Cinema e Educação*. Disponível em <http://www.infoescola.com/pedagogia/relacao-entre-cinema-e-educacao/> Acesso em 15/06/2017.

CURRÍCULO

Bruno Eduardo Morais de Araújo

Bacharel em Artes Visuais – Design Gráfico e mestrando no programa de Pós Graduação em Arte e Cultura Visual da Faculdade De Artes da Universidade Federal de Goiás, atua na linha de Culturas da Imagem e Processos de Mediação.